



COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

→ APROVADO P/ UNANIMIDADE
NA PRESIDÊNCIA DA C.A.M. DE
19 FEVEREIRO 2014. NAS
PARTICIPOU NA VERBA DO
EP/PEV. VOTAÇÃO

Relatório da Comissão de Agricultura e Mar

[Uma nova estratégia da EU para as florestas e o setor
florestal, COM (2013) 659 final

Autor: Deputado Maurício
Marques (PSD)



COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

ÍNDICE

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

PARTE II - CONSIDERANDOS

PARTE III - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO RELATÓRIO

PARTE IV - CONCLUSÕES



COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

PARTE I - NOTA INTRODUTÓRIA

A Comissão de Agricultura e Mar (CAM) recebeu a solicitação da Comissão de Assuntos Europeus, nos termos e para os efeitos do artigo 7º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de Maio (Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção europeia), a iniciativa COM (2013) 659 referente a uma Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, relativa a **Uma nova estratégia da EU para as florestas e o setor florestal**.

A esta comissão cumpre proceder uma análise da estratégia e emitir o respetivo relatório, devendo este ser remetido posteriormente à Comissão de Assuntos Europeus.



COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

PARTE II – CONSIDERANDOS

1. Em geral

A iniciativa em análise refere-se a uma Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre **uma nova estratégia da EU para as florestas e o setor florestal**.

O documento encontra-se dividido em cinco capítulos:

1. A Europa necessita das suas florestas.
2. Necessidade de um novo quadro.
3. O Rumo a seguir: uma nova estratégia da EU para as florestas e o sector florestal.
4. Passar dos princípios à ação: trabalhar em conjunto para as nossas florestas e o nosso setor florestal.
5. Conclusões.

2. aspetos relevantes

A comunicação reconhece que a multifuncionalidade das florestas é frequentemente subestimada em termos socioeconómicos.

A União Europeia tem incentivado uma gestão sustentável das florestas, baseada na subsidiariedade e na responsabilidade partilhada, através do cofinanciamento de medidas florestais ao abrigo do desenvolvimento rural, que seguramente contribuíram para que a superfície florestal da EU tenha aumentado cerca de 0.4%/ ano. Contudo, uma avaliação *ex-post* mostrou a necessidade de uma nova estratégia neste domínio.

A comunicação refere que *“a EU necessita de um quadro político que coordene e assegure a coerência das políticas relacionadas com as florestas e possibilite sinergias com outros setores que influenciam a gestão florestal”*.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

2.1. Análise da Estratégia

Perante as crescentes ameaças e pressões sobre as florestas, em particular a imprevisibilidade dos efeitos das alterações climáticas, levou a que a EU considerasse necessário um novo enquadramento que assegure o potencial multifuncional das florestas e satisfaça a procura de novos produtos e tradicionais, protegendo a sua biodiversidade. Pretende-se proporcionar uma base para que a silvicultura e toda a cadeia de valor florestal sejam contribuintes competitivos e viáveis para a bioeconomia.

Como princípios orientadores foram definidos:

- *Gestão florestal sustentável e uso múltiplo das florestas, fornecimento equilibrado de bens e serviços diversificados e garantia da proteção das florestas.*
- *Utilização eficiente dos recursos, otimização da contribuição das florestas e do setor florestal para o desenvolvimento rural, crescimento e criação de emprego.*
- *Responsabilidade global pelas florestas, promoção da produção e consumo sustentáveis de produtos florestais.*

A comunicação em análise destaca oito domínios prioritários interligados: dois sobre o reforço da base de conhecimentos, outros dois sobre “favorecer a coordenação e a comunicação”, e quatro no âmbito da “gestão florestal sustentável contribui para os objetivos essenciais da sociedade”, como são:

1. Apoiar as nossas comunidades rurais e urbanas

Como meio de apoiar as comunidades rurais a comissão propõe orientações estratégicas aos Estados-Membros, no sentido de utilizar os fundos do desenvolvimento rural para promover as funções sociais da gestão florestal, avaliando da sua aplicação e os efeitos concretos das medidas.

2. Incentivar a competitividade e a sustentabilidade das indústrias florestais, da bioenergia e da economia verde da EU

Neste sentido, a comissão deverá juntamente com os estados-membros facilitar uma maior mobilização sustentável da madeira; estimular a internacionalização das indústrias florestais, facilitando o acesso a mercados de países terceiros aos produtos e matérias-

primas da indústria florestal; promover parcerias público-privadas, por exemplo no setor biológico que promovam a investigação e a inovação nesta área.

3. As florestas num clima em mudança

Como papel fundamental que as florestas têm ao nível do clima, atenuando o impacto de algumas das tendências que as alterações climáticas prosseguem, a comunicação entende que os Estados-Membros devem demonstrar como pretendem dotar as suas florestas de capacidade de adaptação e resiliência das suas florestas.

4. Proteção das florestas e reforço dos serviços ecossistémicos

Como meio de aumentar a proteção das florestas a Comissão: acompanha com os Estados-Membros os planos de gestão e os mecanismos de proteção das florestas contra pragas. *“Fornecerá informações e dados pertinentes de que disponha às Partes na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, para apoiar os respetivos planos de ação para a proteção das florestas e dos solos nas zonas mais ameaçadas pela degradação dos solos e pela desertificação. Agirá, em especial, através do Centro Europeu de Dados sobre as Florestas e do Centro Europeu de Dados sobre Solos”.*

De forma de reforçar a base de conhecimentos, importa conhecer **como é que as florestas europeias estão a evoluir (5.)**, e como tal a Comissão e os Estados-membros deverão estabelecer o sistema europeu de informação florestal, alinhar as informações sobre as florestas, dar continuidade à bases de dados e melhorar o acesso da informação.

Por outro lado, como meio de a EU ter uma **silvicultura e produtos com valor acrescentado novos e inovadores (6.)**, as orientações estratégicas passam por uma transferência de conhecimentos tecnológicos e científicos para as práticas florestais, e cooperação entre a Comissão e os Estados-Membros do domínio da investigação avançada. Paralelamente o Comité Permanente de Investigação Agrícola contribuirá para reforçar a coordenação dos trabalhos de investigação e inovação entre a UE, os Estados-Membros e os interessados, e a Comissão assegurará a divulgação dos resultados e das boas práticas através da estrutura de governação florestal da UE e de outros fóruns adequados.



COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

No sentido de favorecer a coordenação e comunicação:

7. Trabalhar em conjunto para gerir coerentemente e compreender melhor as nossas florestas

Foram discutidas com os Estados-Membros várias soluções possíveis para melhorar a coordenação e a execução, incluindo uma diretiva quadro sobre a gestão florestal sustentável. No entanto, não se alcançou um consenso que fosse para além de uma abordagem voluntária.

Há, contudo a definição de orientações estratégicas direcionadas para a Comissão: assegurar que os trabalhos do Comité Florestal Permanente apoiam outras políticas da EU relevantes para as florestas; examinar várias soluções para coordenar e harmonizar as informações florestais entre Estados-Membros; criar uma rede europeia de gabinetes florestais para desenvolver critérios harmonizados para o IFN; prosseguir a avaliação da perceção das florestas pelo público.

8. As florestas numa perspetiva mundial

A EU está a nível mundial a liderar o combate à desflorestação e à deterioração das florestas. A presente estratégia tem por objetivo garantir a coerência entre as políticas a nível internacional.

Como orientações estratégicas, a Comissão e os Estados-membros deverão: apoiar os esforços mundiais para combater a exploração madeireira ilegal; melhorar a regulamentação e políticas florestais, consolidando a governação florestal, valorizando e monitorizando os ecossistemas florestais e combatendo as causas da desflorestação e da deterioração das florestas.

A Comissão, por seu lado deverá *“avaliar o impacto ambiental do consumo na UE de produtos e matérias-primas suscetíveis de contribuir para a desflorestação e a deterioração das florestas fora da UE. Se o considerar adequado, pesará as opções políticas para limitar esses impactos, elaborando nomeadamente um plano de ação da UE contra a desflorestação e a deterioração das florestas. Estas ações acordar-se-ão com o 7.º Programa de Ação da UE para o ambiente.”*



COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

2.2. Conclusão da comunicação

A estratégia pretende introduzir mais transparência e maior homogeneidade nas políticas florestais e na maior divulgação dos resultados obtidos, no sentido de colocar as florestas e o setor florestal no âmbito da evolução rumo a uma economia verde.

É reconhecido o dever dos Estados-Membros continuarem a identificar outros domínios de atuação como a prevenção dos incêndios florestais, o combate às pragas e doenças, a promoção da madeira sustentável e a cooperação regional e inter-regional.

A estratégia será reexaminada até 2018 a fim de avaliar os progressos alcançados na sua execução.

2.3. Princípio da Subsidiariedade e da Proporcionalidade

Por se tratar de uma Comunicação, o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5º do Tratado da União Europeia (TUE) não se aplica, assim como o princípio da proporcionalidade (artigo 5º, nº4, do TUE).



COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

PARTE III - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO RELATÓRIO

A opinião do Relator é de elaboração facultativa, nos termos do nº 3 do artigo 137º do Regimento, pelo que o signatário do presente relatório entende, dada a importância do tema, sublinhar alguns aspetos de maior pertinência da “**nova estratégia da EU para as florestas e o setor florestal, COM (2013) 659**”, como sejam: apoiar as comunidades rurais, promovendo a fixação das populações no interior e contribuir para a criação de postos de trabalho, assim como o propósito de potenciar uma gestão florestal sustentável determinante para o nosso país, onde temos uma deficiente gestão florestal.

O aumento da competitividade e sustentabilidade das indústrias florestais, da bioenergia e da economia verde, protagonizado na presente iniciativa comunitária, é um fator determinante para o futuro do país, contribuindo significativamente para o nosso desenvolvimento, dado o peso do sector florestal na nossa economia.

Importa sublinhar a preocupação ambiental presente na iniciativa, onde se destaca a intenção de contribuir para a conservação das espécies e biodiversidade assim como também o objetivo de reforçar o coberto florestal, para garantir a proteção do solo contribuindo para a regulação da qualidade da água através da integração das práticas florestais sustentáveis nos planos de gestão das bacias hidrográficas.



COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

PARTE IV - CONCLUSÕES

Em face do exposto, a Comissão de Agricultura e Mar conclui o seguinte:

1. À Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, relativa a **“Uma nova estratégia da EU para as florestas e o setor florestal”** não se aplica o princípio da subsidiariedade.
2. A análise da presente iniciativa suscita questões que implicam posterior acompanhamento da Comissão de Agricultura e Mar.
3. A Comissão de Agricultura e Mar entende que a Comunicação analisada aborda a prevenção aos incêndios florestais e o combate às pragas e doenças de uma forma redutora, não prevendo uma visão integradora entre a Comissão e os Estados-membros. No mesmo sentido, a abordagem à biodiversidade deveria destacar e reconhecer o sistema de montado de sobro e azinho nacional.
4. A Comissão de Agricultura e Mar dá por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o relatório, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de Maio, ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus para os devidos efeitos.

Palácio de S. Bento, 19 de Fevereiro de 2014

O Deputado Autor do Relatório

(Maurício Marques)

O Presidente da Comissão

(Vasco Cunha)